



BASES SÓCIO AFRODESCENDENTES

NOSSA HISTÓRIA

A nossa história inicia com a realização do sonho de um grupo de empresários, em atender à crescente demanda de alunos para cursos de Graduação e Pós-Graduação. Com isso foi criada a nossa instituição, como entidade oferecendo serviços educacionais em nível superior.

A instituição tem por objetivo formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. Além de promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou outras normas de comunicação.

A nossa missão é oferecer qualidade em conhecimento e cultura de forma confiável e eficiente para que o aluno tenha oportunidade de construir uma base profissional e ética. Dessa forma, conquistando o espaço de uma das instituições modelo no país na oferta de cursos, primando sempre pela inovação tecnológica, excelência no atendimento e valor do serviço oferecido.

Sumário

BASES SÓCIO AFRODESCENDENTES.....	1
NOSSA HISTÓRIA.....	2
INTRODUÇÃO.....	4
ENTENDENDO A ANTROPOLOGIA.....	6
Conceitos e ramificações.....	6
PRIMÓRDIOS DA ANTROPOLOGIA AO SÉCULO XIX.....	9
FORMAÇÃO DO SUJEITO BRASILEIRO – AS NOSSAS RAÍZES.....	11
A nossa formação étnico-racial.....	17
Carne Negra.....	20
MIGRAÇÕES - FOCO NO BRASIL.....	22
Movimentos migratórios e a xenofobia.....	24
Imigrantes.....	26
Movimentos migratórios para o Brasil.....	26
ETNIA, RAÇA E MULTICULTURALISMO.....	33
Classificação de cor e raça do IBGE.....	33
Etnia e raça.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO



Fonte: <https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/brasil-x-eua-a-inclusao-de-afrodescendentes/>

Não faz muito tempo que a Antropologia encontrou seu espaço e lugar nas ciências. Já passou como parte da história natural e até mesmo física do homem e, por conseguinte, do seu processo evolutivo.

Como diz Buzzi (1988), na antropologia se expõe os conhecimentos de filosofia a respeito do ser humano e assim ela, a filosofia, mostra o conhecimento que o homem faz do ser, tanto que ela traduz uma antropologia.

Estudar o homem como ser biológico, social e cultural são os principais objetivos da Antropologia e em cada uma dessas dimensões encontramos os mais variados desdobramentos, portanto, podemos dizer que o conhecimento antropológico geralmente é organizado em áreas que indicam uma escolha prévia de certos aspectos a serem privilegiados como:

- “Antropologia Física ou Biológica” (aspectos genéticos e biológicos do homem);
- “Antropologia Social” (organização social e política, parentesco, instituições sociais);
- “Antropologia Cultural” (sistemas simbólicos, religião, comportamento); e,
- “Arqueologia”(condições de existência dos grupos humanos desaparecidos).

Além disso, podemos utilizar termos como Antropologia, Etnologia e Etnografia para distinguir diferentes níveis de análise ou tradições acadêmicas.

Claude Lévi-Strauss (1970, p. 377) explica que:

“A etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa – observação e descrição, trabalho de campo; a etnologia, com relação à etnografia, seria um primeiro passo em direção à síntese; a antropologia, uma segunda e última etapa da síntese, tomando por base as conclusões da etnografia e da etnologia.”

Apoiando-nos nesses breves conceitos, centraremos nossos estudos neste módulo, justamente nas bases antropológicas dos descendentes africanos e povos indígenas, povos estes que somados aos europeus dão a ‘forma’ à nossa população.

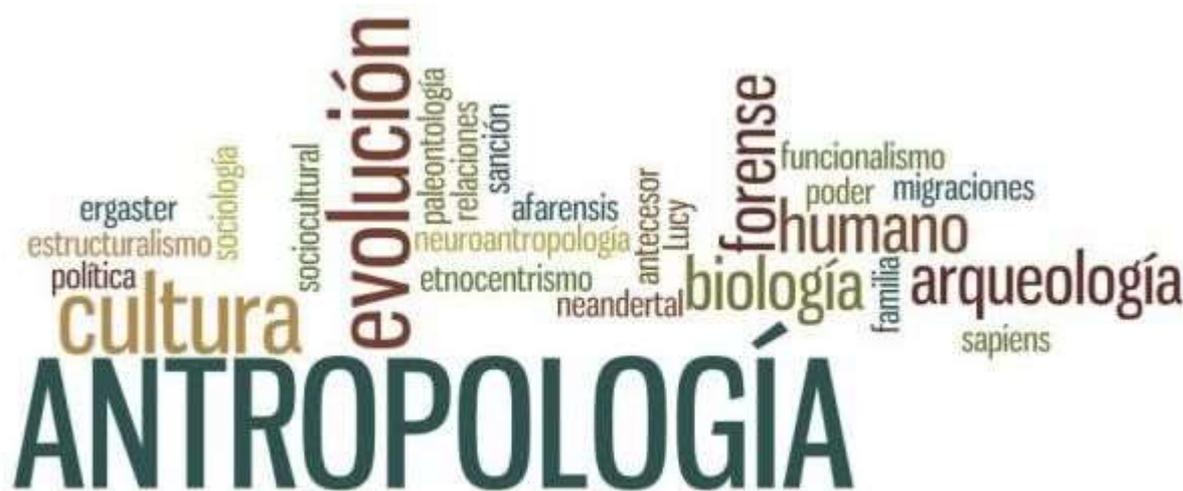
Duas observações se fazem necessárias:

Em primeiro lugar, sabemos que a escrita acadêmica tem como premissa ser científica, ou seja, baseada em normas e padrões da academia. Pedimos licença para fugir um pouco às regras com o objetivo de nos aproximarmos de vocês e para que os temas abordados cheguem de maneira clara e objetiva, mas não menos científicos.

Em segundo lugar, deixamos claro que este módulo é uma compilação das ideias de vários autores, incluindo aqueles que consideramos clássicos, não se tratando, portanto, de uma redação original.

Ao final do módulo, além da lista de referências básicas, encontram-se muitas outras que foram ora utilizadas, ora somente consultadas e que podem servir para sanar lacunas que por ventura surgirem ao longo dos estudos.

ENTENDENDO A ANTROPOLOGIA



Ao prefaciá o livro “Aprender Antropologia” de François Laplantine (2003), Queiroz nos mostra que uma das maneiras mais proveitosas de se dar a conhecer uma área do conhecimento é traçar-lhe a história, mostrando como foi variado o seu colorido através dos tempos, como deitou ramificações novas que alteraram seu tema de base ampliando-o. Fazemos dessas nossas palavras e para início de conversa seguiremos esse viés, o da história, mesmo que sejamos breves.

Conceitos e ramificações

Etimologicamente, Antropologia vem de *anthropos* – homem ou pessoa; e *logos* – razão ou pensamento. Por essa decomposição podemos inferir que Antropologia é a ciência que estuda ou se preocupa com o ser humano e suas relações. Não é, pois, uma ciência exata e se liga emaranhadamente a outras ciências sociais, tendo, portanto, um campo de atuação muito vasto.

No entendimento de Batalha (2005), a definição mais simples e completa de Antropologia é a de Haviland, que a define como

o estudo da humanidade em toda a parte e através do tempo, feito com a intenção de produzir conhecimento fiável sobre as populações humanas e o seu comportamento, tendo em conta o que as torna simultaneamente iguais e diferentes.

Para Salzano (2009), no seu sentido estrito, o termo Antropologia refere-se ao estudo da história natural da espécie humana, isto é, da Antropologia Física ou Biológica. Já no seu sentido lato, a palavra tem um âmbito mais abrangente, que inclui a Antropologia Cultural ou

Social, a Arqueologia e a Linguística, além da Antropologia Biológica. Este é o chamado enfoque dos quatro campos, particularmente adotado nos Estados Unidos da América (Spencer, 1997 *apud* SALZANO, 2009).

Tradicionalmente, a Antropologia no Brasil tem seguido um rumo diverso, os Departamentos de Antropologia, concentrando primariamente cultores da Antropologia Cultural, com grupos geralmente menores de arqueólogos. A participação de linguistas e antropólogos biológicos nessas unidades é praticamente nula.

Santos (2008) explica que para podermos analisar as sociedades globais como super-sistemas, teremos de ter em conta que existem, dentro delas, subsistemas próprios e seus respectivos grupos elementares (parentesco, sexo, idade) que interagem entre si e com o resto da sociedade, em forma de cadeia, direta ou indiretamente, criando a sua própria unidade e originalidade social.

Ao procurar saber quando, como e onde surgiram as populações humanas e como e porque variam entre si física e culturalmente, a Antropologia acabou por se especializar em áreas científicas, fazendo uma divisão principal entre:

- Antropologia física – estuda o homem sob o seu aspecto puramente biológico; ou seja, estuda as características físicas do homem (fisionomia, cor da pele, estatura, fisiologia, entre outras) tanto no espaço como no tempo, para identificar e distinguir os grupos étnicos (raças, povos). Procura compreender a relação entre o meio geográfico e os aspectos físicos do homem e como esses aspectos podem influenciar a sua cultura;
- Antropologia social e cultural – tem relações estreitas com a etnologia e com a sociologia (COLLEYN, 2005, p. 48).

No início do século XX, a distinção entre Antropologia social e Antropologia cultural constituía uma diferenciação epistemológica que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a perder fundamento.

Vejamos outras ramificações:

- Antropologia Linguística – procura entender a vida do homem, seus pensamentos e sentimentos, através do estudo da literatura escrita e da tradição oral (provérbios, cantigas, adivinhas, canções, entre outras);
- Antropologia Pré-histórica – estuda o homem a partir dos vestígios materiais e outros testemunhos da sua atividade passada, com o objetivo de compreender a cultura de sociedades já desaparecidas;

- Antropologia Psicológica – estuda os comportamentos conscientes de cada indivíduo para compreender o homem no geral.

Ainda falando sobre a Antropologia Social e Cultural, temos que ela estuda o modo de vida (forma de trabalhar, hábitos, costumes, crenças, língua, religião) de um conjunto de indivíduos que fazem parte de um determinado grupo ou sociedade e analisa a forma como esses indivíduos se relacionam com indivíduos de outros ou sociedades.

Apesar de interligados, a Antropologia Social pode ser distinguida da Antropologia Cultural. Antropologia Social estuda um grupo ou uma sociedade como um conjunto, na sua totalidade, enquanto a Antropologia Cultural estuda o comportamento individual das pessoas de uma determinada comunidade. Analisa a forma como cada indivíduo vive numa sociedade.

A Antropologia Cultural estuda a cultura das sociedades humanas: língua, religião, normas de conduta, crenças, artefatos (ferramentas, utensílios, obras artísticas), hábitos, forma de pensar, de agir, de manifestar sentimentos, entre outros. Analisa todos os aspectos que fazem parte da cultura do Homem

Enfim, essa ciência caracteriza-se, assim, como um repositório de saberes que emerge de diversas disciplinas acadêmicas. Este comportamento de mudança observou-se, também, com outras ciências sociais, nomeadamente a Sociologia. Inicialmente, convencionou-se que a Sociologia estudava as sociedades industriais e a Etnologia estudava as sociedades ditas “primitivas”, apoiando-se nos dados que lhe eram fornecidos pela Etnografia, no seu trabalho “de campo”.

Ao recorrer à observação participante (métodos menos diretos), as duas disciplinas cruzam-se inevitavelmente. As semelhanças entre essas Ciências são mais evidentes do que as suas diferenças, embora elas existam ao nível dos: métodos e técnicas utilizados, percursos históricos, objetos científicos específicos, escolas de pensamento diferenciadas e sociedade e cultura de origem dos próprios antropólogos.

Ao partilhar com outras Ciências Humanas as formas e modos de organização social do ser humano, a Antropologia está também elencada ao campo científico histórico, dada a sua necessidade de compreender como funciona uma sociedade no presente e as relações sincrônicas entre os seus respectivos elementos. Desta forma, utiliza os fatos históricos identificáveis que ao serem analisados pelo arqueólogo, em determinado solo geográfico, corroboram a ciência antropológica (SANTOS, 2008).

PRIMÓRDIOS DA ANTROPOLOGIA AO SÉCULO XIX

Desde Sócrates, o conhecimento de si mesmo é a mais alta meta da indagação filosófica “conhece-te a ti mesmo”.

Embora o termo antropologia como “ciência do homem” esteja em uso desde o século XVI, somente depois do Iluminismo desenvolveu-se uma antropologia filosófica e teológica no sentido restrito.

O Homem era compreendido a partir da cosmovisão.

Os filósofos foram aprimorando seus entendimentos e em Aristóteles (384- 322 a.C.) encontramos o homem como um ser social que, pela razão e pela linguagem, é capaz de orientar-se, na convivência com os outros, em princípios éticos para manter justiça e ordem no Estado. Sua busca é pela felicidade.

A partir do Humanismo e Renascimento, o homem passa a ser visto como um ser que participa tanto do mundo espiritual como do material, enquanto corpo e mente formam uma unidade única.

Ocorre a afirmação do valor e da dignidade da pessoa humana. E mais: acontece livre indagação da natureza física pelo homem, sem os limites impostos pela autoridade, não mais se fundamentando a dignidade humana na “imagem e semelhança de Deus”, mas derivando sua especificidade da própria natureza humana.

No século XIX e começo do século XX, a pesquisa antropológica voltou-se para o estudo das condições físicas, mudando o objeto.

Vejamos:

- não mais interessava a questão da autorreflexão sobre a essência humana, mas a pesquisa da constituição corpórea, suas condições naturais e sua formação histórico natural;
- as atitudes passam a ser antofilosófica e antirreligiosa;
- separação entre antropologia física e antropologia filosófica-teológica;
- concentrava-se na pesquisa da *Physis* humana.

No século XX é instituída a antropologia como disciplina científica. Enquanto a antropologia física busca as origens e a natureza biológica do homem na

perspectiva da ciência empírica, a antropologia filosófica e teológica buscam o consenso – deve-se buscar o diálogo com as antropologias do momento para estabelecer uma relação entre elas.

Assim, no século XX nasce uma antropologia da relação transformadora da filosofia para com as outras ciências.

Max Scheler (1874-1928) nos oferece grandes contribuições, sendo seu grande mérito mostrar que a antropologia transcende os limites do método científico:

- a questão da antropologia extrapola as ciências singulares e, por isso, migrou para a filosofia e a teologia;
- antropologia biológica seria o homem = animal; e na antropologia filosófica: homem ≠ animal;
- os animais estão vinculados ao seu ambiente enquanto o homem é aberto ao mundo;
- com inteligência o homem compensa suas carências biológicas;
- sua conduta é marcada profundamente por tradições e instituições culturais e menos por instintos herdados;
- o homem é o único vivente que indaga sobre sua própria natureza, que se torna um problema para si mesmo;
- somente ele é consciente de si (ZILLES, 2011; REALE, 2003).

Como diz Salzano (2009), a Antropologia, em seus primórdios, foi basicamente interdisciplinar e integradora. Com o acúmulo de novas informações, de caráter diverso, tem havido uma tendência cada vez maior para a especialização em determinada subárea, de todo modo, ela vem adquirindo importância cada vez maior no mundo moderno, onde o isolamento cultural é quase impossível e onde os contatos são inevitáveis e se multiplicam, levando muitas vezes a situações conflitantes.

A antropologia empenha-se na solução dessas situações, procurando minimizar os desequilíbrios e tensões culturais e tentando fazer com que as culturas atingidas sejam menos molestadas e seus valores e padrões respeitados. Aplica conhecimentos antropológicos, físicos e culturais na busca de soluções para os modernos problemas sociais, políticos e econômicos, dos grupos simples e das sociedades civilizadas.

A finalidade da antropologia é o fornecimento do maior número possível de estudos sobre grupos humanos, uma vez que cada um deles é o produto de uma experiência cultural particular.

FORMAÇÃO DO SUJEITO BRASILEIRO – AS NOSSAS RAÍZES

Esta unidade tem o objetivo de adentrar especificamente no âmbito da discussão sobre a formação do sujeito brasileiro, traçando uma genealogia do assunto com o ponto de partida da constituição de nossa sociedade brasileira embasado na obra de BUARQUE DE HOLANDA (1995) e também abarcando outras leituras da sociologia clássica.

Pensar nesta constituição de sociedade é importante, tendo em vista que somos um país de extremas desigualdades e multiculturalidades, a dança do hibridismo existe com muita força em nossa forma de ser, pensar e agir no dia a dia, deste modo, faz-se necessário compreender, mesmo que brevemente, um pouco desta formação de sociedade.

A nossa sociedade está calcada sobre bases rígidas, se bem que, ultimamente vivemos em paisagens de instabilidades quando vemos o levante de vários grupos tidos como minoritários perante os modelos vigentes e dominantes de nossa sociedade indo para as ruas, fazendo barulho, reivindicando e fazendo os seus direitos, porém, ainda há uma massa densa, um concreto duro, datado de anos de construção e endurecido pela ação do tempo e do sol forte que brilha e ilumina a pele negra de uma significativa parcela que forma este Brasil da multiculturalidade, das multiracialidade que nos significa e difere de tantos países mundo afora.

Partindo do ponto de que Buarque de Holanda (1995) está embasado na exploração dos conceitos polares, seu livro *Raízes do Brasil*, é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana. O autor aproveita o critério tipológico da dialética weberiana, mas ele modifica-o, na medida dinâmica, ressaltando, principalmente, a sua interação no processo histórico.

Mas nem por isso há uma concordância a respeito dos elementos de dualidade, o que fundamentaria uma dialética do conflito, porém cremos ser mais uma dialética ideológica, do que propriamente material, não que não haja esta segunda, até porque o que caracteriza nossa desigualdade é justamente a espoliação material da qual sofremos até hoje enquanto Estado precarizado, principalmente por resquícios da colonização e cultura dual que cristalizou a estrutura de benefícios e regalias desta colonização.

O que podemos perceber, no entanto, são os equívocos de uma elite perdida entre a cordialidade e modernidade, tendo em vista a ascensão mais perceptível do brasileiro fazendo com que a questão de classe seja mais transitável, talvez menos no campo material, porém maior no discurso disseminado de mobilidade social. Onde o sujeito seja ele proveniente de qualquer classe “pertencente” pode apropriar-se do discurso da elite para também dominar dentro do seu ciclo de “iguais”, tornando essa prática de usurpação de linguagem e bordões condenada e criticada pela elite, que infere como vulgaridade a assimilação “indevida” de determinado linguajar, bem como o alcance econômico que hoje, em pleno século XXI, o brasileiro tem podido alcançar com o começo, porém, incipiente da diluição de concentração da renda.

É importante lembrarmos que este uso de linguajar nem sempre é apropriado para fins pacíficos numa alienação massificada, mas com o intuito de reivindicação e gozação da vulgaridade que a elite comete com seus excessos por parte daqueles sujeitos que não obtêm o mesmo privilégio, e desejam poder alcançar este *status*.

Buarque de Holanda (1995) mostra a sociedade brasileira como sendo marcada pelo apreço e diferença, na qual o apreço pela diferença se enraíza em como ser uma pessoa de classe, enfatizando apenas uma ponta dos extremos, que soa melhor com a colônia dos trópicos onde, desde o começo a hierarquia lusa, se fez firmar pela divisão social. Desta forma então, a cordialidade de Buarque de Holanda veio num amálgama como uma marca a abrandar essa dialética de conflito material, onde o trabalhador é passível de cooptação pelo chefe, ou qualquer papel hierárquico que estenda seu cordialismo tendencioso no intuito da eterna submissão. Numa relação de provir onde o trabalhador servirá sempre aos propósitos da ostentação do patrão. Ora consciente dessa submissão ou completamente alienado através da cooptação.

Esta submissão está casada com o imaginário social como mecanismo da aceitação e esta vem por meio do catolicismo, com sua moral cristã. O catolicismo veio como instrumento de unidade territorial que os lusos ibéricos lançaram sobre o recente achado Brasil e que tão significativamente “amarrou” a unidade brasileira de norte a sul.

Entretanto, ocorre uma divergência na modernidade, a configuração por uma não existência da moral religiosa na esquematização de práticas modernas. Embora, o Brasil já preza por uma sociedade fundamentada por essa moral religiosa, pois na falta da estrutura legalizada no sentido de um novo Estado regimentado por redes físicas, como ocorreu com a Família Real Portuguesa, existia uma estrutura que se perpetuou na colônia pela figura do sacerdote / Padre.

Na América, como continente de novos ricos, ou numa nomenclatura condizente com a modernidade brasileira, os “emergentes”, existe uma cooptação do nosso imaginário social pelo atrativo norte americano, pelo sonho americano. Pela incrível propensão da imitação do que é externo a nós, neste caso dos nossos primos ricos do norte e por incrível que pareça a qual damos mais valor do que a nossa própria cultura, e esta imitação e endeusamento é tanto existente pela nossa elite, quanto pelos marginalizados alienados.

Aliás, é através desta valorização exacerbada que deixamos de lado de valorizar nossos antepassados, nossa raiz imigrante e africana, ora, como explicar que sejamos mais propensos a valorizar uma cultura que nem é a nossa de origem, mas sim que nos foi imputada por um mecanismo ideológico capitalista?

Parece-nos que a força deste modelo cultural, desse consumo cultural nos coloca em uma situação de alienação dentro do nosso país pelas nossas raízes, bem como também nos põe em total sentimento antifraterno com nossas raízes latino-americanas. Não é raro ouvirmos de nossos vizinhos argentinos, chilenos, bolivianos, paraguaios, entre outros, que somos uma sociedade que se acha diferente, individualista pelo fato de nunca falarmos/nos considerarmos como latino-americanos. Somos brasileiros, mas ora, ser brasileiro é ser latino-americano não?

Nosso *habitus* marginalizado ainda tende a submeter-se ao norte. Este talvez seja a explicação do porque na troca de “favores” internacionais somos quem oferece mais e em detrimento ao que nos é oferecido, ou seja, somos submissos numa colonização ideológica, por *habitus* coletivo que muitos ainda não percebem de tão forte que é essa construção ideológica que é histórica.

Caracterizamo-nos como uma sociedade exógena da modernidade e as promessas ficaram ou ainda são prometidas enquanto a vulgaridade ficou para nos indignarmos com os exageros da nossa elite. A nossa cordialidade de povo tropical se transforma em violência, pois com o avanço da democracia a cordialidade tende a diminuir aguçando os conflitos entre classes. E a aproximação entre as extremidades pobreza e riqueza tem por vezes se estreitado, mesmo que de uma forma fictícia.

No Brasil, a configuração de povo e burguesia advém da nossa colonização, é só pensarmos no quesito da economia que fomos e que ainda continuamos sendo uma empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas, mas ainda não fundidas na sociedade moderna, no caso somos hoje sujeitos pseudo inseridos numa modernidade nacional na qual tudo indica que ainda ocorre uma diminuição de um cordialismo para as relações mais individuais inclusive um “depende por si mesmo”.

É uma forma de revoltar-se com suas mazelas, o que sinaliza essa cordialidade no aspecto do revoltar-se, mas num viés de violência cordial, de apontamento de causas, de corpo a corpo, crime cordial que ocorre muitas das vezes pela necessidade da elite em se gabar ostentando o luxo perante a quem não têm o que por na mesa, comida para seus filhos (as), tornando-se o crime do pobre uma conotação ordinária, moderna e banal.

O pobre, em sua grande maioria negra no Brasil, nem mesmo compreende os motivos de ser tão marginalizado, o motivo de tanto ódio contra a cor negra. Logo, que talvez este nem mesmo entenda do porque o crime, ou a criminalização de uma cor, de uma marginalidade que de tão incoerente chega a ser alienante, sem explicação que a única saída fica entre a resignação de continuar a ser a base explorada e injustiçada desta pirâmide social, este é o ônus de viver num país de tamanha desigualdade social.

Se pensarmos bem, veremos que não é devido à chegada da família Imperial e independência do Brasil, ou seja, por meio deste marco histórico, que as relações de hierarquia e lógica cultural se diluíram, pelo contrário, não apenas perpetuou-se no tempo como por vez tornou-se implícita sob a camuflagem da camaradagem de forma a iludir o povo através de uma cordialidade muito mais apropriada pela elite numa modernidade favorável a perpetuação da elite brasileira.

A tônica da cordialidade acabou se constituindo de forma dúbia, pois ao mesmo tempo em que Buarque de Holanda (1995) pautado na dialética Weberiana afirma essa característica como sendo própria de nós habitantes dos trópicos, em detrimento a racionalidade do povo anglo-saxão, não podemos esquecer-nos das inúmeras batalhas que nós pessoas “cordiais” estivemos envolvidos e massacrando milhares de vidas latinas, bem como dentro do próprio Brasil, através dos confrontos internos, batalhas nas quais o pobre negro, os índios, ativistas e militantes diversos tiveram suas vidas ceifadas pela intolerância fomentada por uma elite racista, homofóbica, burguesa e totalmente indiferente com as diferenças, pois, estas só servem para sustentá-los no poder enquanto massa de manobra e mão de obra para as ainda suspensas famílias elitistas deste país. Não são poucas as famílias nem mesmo são invisíveis como se creem muitos desavisados em nosso país.

Eles estão aí, espreitando os movimentos da massa, com seus canais de televisão antidemocráticos, monopolizantes da vida midiática brasileira, estão no comando dos bancos, no comando das grandes empresas, no comando de grandes tradições como as militares e até mesmo educacionais.

Este aspecto, traço dúbio, incoerente de nós brasileiros é apontado por Buarque de Holanda (1995), que, aliás, nunca inferiu o termo cordialidade como sendo algo próprio de bondoso, e gentil, longe disso, o termo foi cunhado por ele mais no sentido de denotar uma

qualidade de esperteza e malícia do brasileiro no jogo de corpo a corpo dos trópicos, e neste sentido não é absurdo pensar batalhas e lutas onde no jogo de interesse político e de “soberania” o Brasil sim mostrou sua verdadeira face de gigante hierárquico.

A preocupação, ou complexidade que hoje a elite brasileira sente em relação à mutualidade e permeabilidade que se configura no Brasil, é a distinção de posições e classe como uma ameaça a “legitimidade” de quem sempre se pautou pelo direito de ordenar. Pois à medida que a modernidade vai diluindo a dialética cristalizada de elite x povo, ela possibilita a insurgência de problemáticas, incômodos e fissuras que até então ficavam exposta apenas no âmbito das dualidades de luta histórica sendo que há outros aspectos que gritam por espaço na sociedade como da luta pela conquista de direitos devassados da hibridização do sujeito.

Hoje não se reivindica apenas direito de classe, mas sim vários outros direitos que fazem parte de um mundo híbrido do sujeito, ou seja, se busca sanar as especificidades de lutas como de homossexuais, das mulheres, negros (as), entre outras.

Um ponto que julgamos importante pontuar também nesta análise é a maneira como o sujeito negro(a) se constituiu em nosso país, como um sujeito dotado de desqualificações como vagabundo, indolente, preguiçoso, entre outros. Ora, este é um discurso que favorece uma dominação de um sujeito sobre o outro, então, a utilização deste tipo de discurso desfavorável ajuda a manter as coisas no lugar, ou seja, as raças em seu devido local sociais.

O indivíduo de uma família abastarda, mantida através de uma esfera política e cultural (Imperial, branca, patriarcal, burguesa e monogâmica) que veio enraizado no Brasil desde o momento em que fomos “descobertos”, configurou-se como o sujeito nobre de pertença por excelência.

E, sendo o negro arrancado de sua pátria mãe para servir a esta ordem, ele não necessariamente teria como hipótese elaborada por um discurso dominante um *habitus* constituído desde a sua origem para poder “vencer na vida”. Neste caso, ele estaria então a mercê de uma cultura externa que lhe foi compulsoriamente imposta, enterrando este sujeito negro num *habitus* (Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p.

87)). de total submissão que o branco impôs a este através, principalmente, do cristianismo que muitas das vezes veio de encontro a crença tribal que muitos possuíam em sua terra natal, neste caso, não se trata de uma submissão herdada de geração para geração, mas sim de uma guinada de uma vida de liberdade e tradição local, para a submissão de trabalho compulsório, uma guinada forçada, um *habitus* forçado.

A constituição do Brasil ocorreu e ainda ocorre sob o crivo de uma subcidadania no que diz respeito a um patamar de espoliação que o país acabou se constituindo, e nesta situação é fácil a proliferação cultural da inveja, e ostentação de sujeito para sujeito no intuito de esmagar. E quem é a ralé que acaba sendo a camada enfocada dessa humilhação? O pobre branco e negro, e sua condição híbrida de ser sujeito. A falta de condição de vida que marca nossa sociedade é responsável pela baixa alta estima desses sujeitos, tanto materialmente quanto simbolicamente.

É importante salientar que no Brasil, o racismo se afirma pela negação, é negando a cor da pele, a cultura negra, as raízes que ajudaram a constituir a sociedade brasileira.

As práticas discriminatórias ocorrem de modo a imputar ao outro, no caso ao negro, as características de um sujeito de baixa moral, de vagabundo, ocioso, características vistas pela nossa sociedade como sendo algo ruim, esta característica no nosso país diz muito do homem brasileiro, que é marcado por essas duas características, dois tipos de sujeitos: o aventureiro e o trabalhador.

Neste sentido, embora saibamos que existe muito do suor e sangue negro na constituição de nossas cidades, de nossas construções arquiteturais, é ele quem é colocado no limbo da valorização humana na nossa sociedade.

Como aponta Buarque de Holanda (1995, p. 44):

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

A nossa formação étnico-racial



Como bem apontou DaMatta (1986, p. 37), lembrando a fala de Antonil no século XVIII, “O Brasil é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos”. Para as teorias racistas europeias, o grande problema que ocorria em território brasileiro, e isto era visto com bastante horror para eles era o processo de miscigenação que aqui se dava.

Para eles, existia um escalonamento entre raças e obviamente que a raça branca se situava no patamar mais alto, no topo da hierarquia social vigente, a ordem valorativa máxima. Este pensamento de ordem hierárquico racial pode ser percebido na obra do antropólogo quando este cita as ideias do Conde de Gobineau que viveu na cidade do Rio de Janeiro e pensou de modo racista e hierárquico a divisão das raças em três critérios.

De acordo com DaMatta (1986, p. 38-39):

Gobineu, entretanto, não realiza um exercício simplista, no sentido de dizer que a “raça” branca era superior em tudo. Há muita inteligência nos preconceitos e nos autoritarismos. Muito ao contrário, ao comparar, por exemplo, brancos e amarelos no que diz respeito às suas “propensões animais”, ele situa os primeiros abaixo dos segundos. Quem não se salva, porém, como infelizmente acontece até hoje na nossa sociedade, são os negros, sempre e em tudo situados abaixo de brancos e amarelos.

O conde, segundo o antropólogo, via nossa miscigenação como algo totalmente revoltante, e, escrevia para sua terra natal contando os horrores que era a mistura no Brasil.

O grande problema visto pelo conde, e que talvez não era tão diferente de outros olhares estrangeiros no Brasil, era a mistura entre diferentes raças, pois, se as orgias e misturas insanas como ele percebia ficasse entre a mesma raça, daí não haveria nenhum problema.

Logo, DaMatta (1995, p. 39) diz que:

Gobineau, como se vê, foi o pai, ou melhor, o verdadeiro genitor de um dos valores mais caros ao preconceito racial de qualquer sociedade hierarquizada. Referimos-nos ao fato de que ele não se colocou contra a hierarquia que governava, conforme supunha a diversidade humana no que diz respeito aos seus traços biológicos, mas foi terminantemente contrário ao contato social íntimo entre elas. E é precisamente isso, conforme sabe (mas não expressa) todo racista, que implica a ideia de miscigenação, já que ela importa contato (e contato íntimo, posto que sexual) entre pessoas que, na teoria racista, são vistas e classificadas como pertencendo a espécies diferentes. Daí a palavra “mulato”, que vem de mulo, o animal ambíguo e híbrido por excelência; aquele que é incapaz de reproduzir-se enquanto tal, pois é o resultado de um cruzamento entre tipos genéticos altamente diferenciados.

Deste modo, se pensarmos que o Brasil é um país marcado por esta intensa miscigenação, provavelmente fomos o grande celeiro de observações e interesses estrangeiros pelo exótico país que se constituía.

E mais, compreender o significado das palavras como mulato, é um modo de vermos como o racismo se encarna nas palavras, termos usados no modo de tratamento do negro e pessoas oriundas de relações mestiças em nosso país.

Dentre os vários teóricos do racismo, apontado por DaMatta (1995), temos Buckle, Couty e Agassiz. Esses e mais tantos outros tinham em suas observações que era pavorosa a miscigenação. Acreditavam que do resultado da miscigenação, não poderia sair nada de bom, nada de positivo ou de melhor, em outras palavras, que a concepção de um sujeito por diferentes raças só poderia desdobrar em fracasso.

A constituição do racismo brasileiro, ocorreu de modo muito diferente de outros tipos de racismos pelo mundo afora, e, sobre esta comparação extremamente importante, DaMatta (1995, p. 40-41) diz o seguinte:

Noto, primeiramente, que Antonil não fala de branco, negro e mulato numa equação biológica. Ao contrário, com eles constrói uma associação social ou normal, pois que relaciona o branco com o purgatório, o negro com o inferno e o mulato com o paraíso. Creio ser a primeira vez que se estabelece um triângulo para o entendimento da sociedade brasileira e isso, sustento, é significativo e importante. Significativo porque eu mesmo tenho repetido seguidamente que o Brasil não é um país dual onde se opera somente com uma lógica do dentro ou fora; do certo ou errado; do homem ou mulher; do casado ou separado; de Deus ou Diabo; do preto ou branco. Ao contrário, no caso de nossa sociedade, a dificuldade parece ser justamente a de aplicar esse dualismo de caráter exclusivo; ou seja, uma oposição que determina a inclusão de um termo e a automática exclusão do outro, como é comum no

racismo americano ou sul-africano, que nós brasileiros consideramos brutal porque no nosso caso tudo se passa conforme Antonil maravilhosamente intuiu. Isto é, entre o preto e o branco (que nos sistemas anglo-saxão e sul-africano são termos exclusivos), nós temos um conjunto infinito e variado de categorias intermediárias em que o mulato representa uma cristalização perfeita.

De acordo com DaMatta (1995), o nosso preconceito é muito mais refinado, pois é algo que ultrapassa a binaridade branco-negro, que é no caso a binaridade existente em países como os Estados Unidos, país que possui as marcas de um período de *apartheid* muito latente em sua população. Aliás, tais traços não são apenas roteiro de filmes e sim realidade que se percebe quem observa a realidade norte-americana.

É comum encontrarmos nos Estados Unidos da América, casos do tipo: poucos negros cursando uma universidade; estes morando em bairros afastados do grande centro, local onde moram os brancos. Ou seja, a segregação ainda permanece de alguma forma existindo mesmo em um país que se considera modelo de economia, civilidade e modernidade.

O preconceito no Brasil é algo muito mais sofisticado, pois existem discursos velados sobre as raças encobertos pelo manto das relações de intimidade, sociabilidade, aquelas piadas que se faz e que se naturaliza, que se vê nos programas de comédia ou novelas e que pouco paramos para pensar no real significado daquelas piadas carregadas de um histórico racista.

Em nome do parentesco se exclui, em nome da amizade se exclui tudo utilizando piadas racistas, mas que por se tratar de um amigo, de um parente, pela intimidade que se cria, então é preciso que se aceite, pois, caso contrário, torna-se careta ou radical demais o repúdio a tal brincadeira.

Ora, o racismo se alimenta é justamente por essa veia cômica que existe nas relações sociais, sobretudo as brasileiras que incorpora bordões, frases e piadas de modo muito passivo. Aliás, fazemos uso desses discursos sem maiores embaraços ou preocupações.

De acordo com Antonil dito por Buarque de Holanda (1995):

em sociedades protestantes como os Estados Unidos, tudo que é intermediário é fadado ao extermínio. O intermediário representa tudo que deve ser excluído da sociedade, só aí, percebemos como a miscigenação é vista como um verdadeiro horror pelos primeiros europeus que aqui estiveram. E, até hoje ainda é visto, pois, não podemos negar que a relação de distinção social e de raça ainda é o grande motivo de comparação por estrangeiros.

O motivo de esta sociedade protestante olhar de forma horrorizada para uma sociedade em que a miscigenação acontece é descrita por Buarque de Holanda (1995, p. 43-44):

Dentro de uma sociedade que tentou eliminar a tradição imemorial das leis implícitas, aquelas que podiam ser aplicadas ou não, que podiam ser lembradas ou não, o mulato, o intermediário, representava a negação viva de tudo aquilo que a lei estabelecia positivamente. Ele mostrava o pecado e o perigo da intimidade entre camadas sociais que deveriam permanecer diferenciadas, mesmo que fossem teoricamente consideradas iguais. Além disso, ele indicava a presença objetiva de uma relação entre camadas que não podiam comunicar-se sexual ou afetivamente.

Se nos Estados Unidos o negativo é o que está entre as pessoas, no Brasil, o “racismo a brasileira” como aponta DaMatta (1986, p. 46), segue um modelo de hierarquia de raças para brancos, negros e índios. Como aponta o autor: O fato contundente de nossa história é que somos um país feito por portugueses brancos e

aristocráticos, uma sociedade hierarquizada e que foi formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios. Os portugueses já tinham uma legislação discriminatória contra judeus, mouros e negros, muito antes de terem chegado ao Brasil; e quando aqui chegaram, apenas ampliaram essas formas de preconceito.

No Brasil, a escravidão tomou uma roupagem econômica e racial que se fez desde a época do país colônia e que hoje não é difícil você leitor, perceber onde se encontra a negritude em nosso país, não está na senzala, mas está nos campos de obras das construções, estão na periferia, nas favelas, estão nas empregadas domésticas, nos muitos usuários de drogas que superpovoam as grandes cidades e são cada vez mais o chamariz para as reportagens midiáticas e sensacionalistas com o cunho higienista, bem como estão nas prisões, superpovoando os sistemas carcerários.

Ora, não parece que há aí algo de errado? Como assim, lugares de negros, quem os colocou lá? Quem senão uma sociedade racista que enxerga o negro como carne barata, como uma mão de obra natural para servidão. Não é a toa que a música/letra de Elza Soares exemplifica muito bem a nossa sociedade brasileira.

Carne Negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio E para debaixo do plástico

Que vai de graça pro subemprego E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história Segurando esse país no braço O cabra aqui não se sente revoltado Porque o revólver já está engatilhado E o vingador é lento

Mas muito bem intencionado E esse país

Vai deixando todo mundo preto E o cabelo esticado

Mas mesmo assim Ainda guardo o direito

De algum antepassado da cor Brigar sutilmente por respeito Brigar bravamente por respeito Brigar por justiça e por respeito De algum antepassado da cor Brigar, brigar, brigar

A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra A carne mais barata do mercado é a carne negra

Neste sentido, como forma de camuflar a “vergonha” de sermos um país hierarquizado por racialmente, é mais fácil dizer que somos um país democrático onde a mistura de raças que nos faz este país democrático, é o grande legado da “união” das três raças.

DaMatta (1986) nos coloca uma problemática social, pois, ele diz de um paradoxo em que vivemos já que: Como podemos apostar, credibilizando com nossas ações cotidianas de preconceito e racismos uma sociedade de desigualdades sociais e raciais e ao mesmo tempo queremos ser vistos como um país que agrega a todos? Ora, que tipo de democracia é esta? Certamente não é um país que respeita a miscigenação da qual nossas raças se constituíram e muito menos respeita os aspectos étnicos e raciais de nossa sociedade. Como ele diz:

É claro que podemos ter uma democracia racial no Brasil. Mas ela, conforme sabemos, terá que estar fundada primeiro numa positividade jurídica que assegure a todos os brasileiros o direito básico de toda a igualdade: o direito de ser igual perante a lei! Enquanto isso não for descoberto, ficaremos sempre usando a nossa mulataria e os nossos mestiços como modo de falar de um processo social marcado pela desigualdade. Como se tudo pudesse ser transcrito no plano do biológico e do racial.

Na nossa ideologia nacional, temos um mito de três raças formadoras. Não se pode negar o mito. Mas o que se pode indicar é que o mito é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe, hierarquizada e dividida entre múltiplas

possibilidades de classificação. Assim, o “racismo à brasileira”, paradoxalmente, torna a injustiça algo tolerável, e a diferença, uma questão de tempo e amor. Eis, numa cápsula, o segredo da fábula das três raças.

Racismo e desinformação caminham sempre de mãos dadas e não há lugar social em que este dueto maléfico não apresente sua faceta cruel e discriminatória.

MIGRAÇÕES - FOCO NO BRASIL



Além de DaMatta (1995), Freitas (2014) também ressalta que dificilmente existe uma nação com tão complexa e variada composição étnica de sua população. Tentaremos, neste momento, ser um pouco mais suaves nas discussões acerca da formação populacional brasileira que advém de basicamente cinco distintas fontes migratórias, são elas:

- Os nativos, que se encontravam no território antes da chegada dos portugueses. Esses povos eram descendentes de homens que chegaram às Américas através do Estreito de Bering.
- Os portugueses, que vieram para o Brasil a fim de explorar as riquezas da colônia.
- Os negros africanos, que foram trazidos pelos europeus para trabalhar nos engenhos na produção do açúcar a partir do século XVI.
- A intensa imigração europeia no Brasil, sobretudo no sul do país.
- A entrada de imigrantes oriundos de várias origens, especialmente vindos da Ásia e Oriente Médio.

Com base nessas considerações, a população brasileira ficou com a seguinte composição étnica:

- Brancos: a grande maioria da população branca tem origem europeia (ou são descendentes desses). No período colonial vieram para o Brasil: espanhóis, holandeses, franceses, além de italianos e eslavos. A região sul abriga grande parte dos brancos da população brasileira, pois esses imigrantes ocuparam tal área.
- Negros: essa etnia foi forçada a migrar para o Brasil, uma vez que vieram como escravos para atuar primeiramente na produção do açúcar e mais tarde na cultura do café. O Brasil é um dos países que mais utilizou a mão de obra escrava no mundo. Hoje, os negros se concentram principalmente em áreas nas quais a exploração foi mais intensa, como é o caso das regiões nordeste e sudeste.
- Indígenas: grupo étnico que habitava o território brasileiro antes da chegada dos portugueses. Nesse período, os índios somavam cinco milhões de pessoas. Os índios foram quase disseminados, restaram somente 350 mil índios, atualmente existem 170 mil na região Norte e no Centro-Oeste 100 mil.
- Pardos: etnia formada a partir da junção de três origens: brancos, negros e indígenas, formando três grupos de miscigenação.
- Mulatos: correspondem à união entre brancos e negros, esse grupo representa 24% da população e ocorre com maior predominância no Nordeste e Sudeste.
- Caboclos: representa a descendência entre brancos e indígenas. No país respondem por 16% da população nacional. Esse grupo se encontra nas áreas mais longínquas do país.
- Cafuzos: esse grupo é oriundo da união entre negros e índios, essa etnia é restrita e corresponde a 3% da população. É encontrado com maior frequência na Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste.

É verdade, tudo isso aprendemos em História do Brasil lá na educação básica. É o básico que precisamos saber para mais adiante entendermos as relações étnico-raciais e suas implicações.

O Brasil pode ser apontado como um exemplo de que o conceito de raça é uma construção social, e que o entendimento de raça pode variar em diferentes sociedades.

Desde os séculos XIX e XX, a cultura brasileira vem promovendo uma integração e miscigenação racial. No entanto, como já vimos nas falas de DaMatta, as relações raciais no

Brasil não têm sido harmônicas, especialmente em relação ao papel de desvantagem dos negros brasileiros e indígenas, grupos fortemente explorados no período colonial do país, que tendem a ocupar posições menos prestigiadas na sociedade brasileira moderna, além das questões de choque cultural e dificuldade de preservação étnico-racial no país (ZALUAR, 2004).

Movimentos migratórios e a xenofobia

Migrações internacionais são movimentos de saída e chegada de pessoas entre países que podem ser subdivididas em emigração (refere-se a pessoas que saem do país) e imigração (refere-se a pessoas que entram no país).

Os impulsos migratórios são, geralmente, motivados por questões econômicas: de um lado, ligados a fatores de repulsão de emigrantes (crises econômicas, guerras, conflitos em geral, fome, entre outros); e, de outro, a fatores de atração (oportunidades de emprego, sonhos de enriquecimento rápido, melhoria na qualidade de vida, entre outros) (SILVA, 2009).

Evidentemente que o processo migratório na atualidade forma um elo com a globalização por vários motivos, dentre eles a eficácia dos meios de transporte, as desigualdades sociais e econômicas entre os países e muitos outros. Igualmente como algumas consequências são positivas, temos outras negativas como é o caso da xenofobia (palavra derivada do grego *xénos* – estrangeiro e *phóbos* – medo) (ALMEIDA, 2013).

As migrações geram vários encontros de povos de diferentes culturas, raças, credos e religiões. No geral, é algo positivo. O Brasil, por exemplo, é um país rico em diversidade cultural e étnica. Entretanto, quando os nativos passam a não aceitar os imigrantes há um grave problema social.

A história recente da humanidade nos dá vários exemplos de como a xenofobia é algo grave. No Holocausto, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, os nazistas exterminaram aproximadamente 6 milhões de judeus. Isso porque acreditavam que os judeus eram uma raça inferior e manchavam o nome da Alemanha de Hitler, e, logo, deveriam ser exterminados.

Ainda na atualidade, até barreiras físicas alguns países adotaram como medidas para conter a imigração.

A xenofobia ocorre frequentemente nos países mais ricos e desenvolvidos, principalmente na Europa. Os nativos acreditam que os imigrantes são responsáveis pelo desemprego, criminalidade e todos os problemas sociais do país. Na Europa, alguns grupos xenófobos são conhecidos entre nós, como os Skinheads, na Inglaterra, e os Neonazistas, na

Alemanha. Outros grupos não são tão conhecidos assim, como os *Bloc Identitaire* (França), *CasaPound* (Itália) e *English Defence League* (Reino Unido) (ALMEIDA, 2013).

A xenofobia pode ocorrer também dentro de um mesmo país, como acontece no Brasil e nos Estados Unidos, por terem dimensões territoriais enormes. Nos Estados Unidos há uma discriminação histórica contra negros, considerados como “lixos” e inferiores aos brancos.

No caso do Brasil, tem-se o exemplo das discriminações sofridas pelos nordestinos no sudeste brasileiro. Geralmente, são atribuídos estereótipos de forma pejorativa, tais como “cabeça chata”, “baianos”, “paraíba”, entre outros. Essas pessoas preconceituosas são, no mínimo, desinformadas a respeito da constituição do território, da história e da economia brasileira.

A xenofobia, portanto, trata-se de um racismo, um preconceito cultural, uma discriminação racial, econômica e social ao estrangeiro. O encontro de diversos povos, religiões, sotaques, classes econômicas e sociais, no geral, é positivo. Contribuem para a riqueza cultural e econômica de uma nação (ALMEIDA, 2013).

O grande desafio entre os países ricos e pobres, mais do que construir muros e elaborar leis que impeçam a entrada de migrantes, talvez seja a construção de um mundo mais justo e igualitário no século XXI, pois, como dizia o geógrafo Milton Santos (1978), apenas o acontecer próprio a um lugar não é indiferente ao acontecer próprio a um outro lugar, exatamente pelo fato de que qualquer que seja o acontecer é um produto do movimento da sociedade total.

Meados do século XIX e início do século XX, como veremos adiante, foram os períodos que mais tivemos chegada de europeus ao Brasil. Nessa época, a Europa passava por uma explosão demográfica (devido ao desenvolvimento de técnicas médico-sanitárias e o conseqüente aumento da natalidade) que, aliada à crise na produção agrícola e à fome (motivadas por sucessivas guerras), impulsionaram a saída de muitos europeus em direção a países do continente americano, movidos pelos sonhos do acesso à terra e do enriquecimento rápido.

Foi justamente com esses e outros tantos sonhos que, entre 1884 e 1933, quase 4 milhões de imigrantes desembarcaram no Brasil (alemães, espanhóis, portugueses, italianos, japoneses, turcos, sírios, entre outros), com destaque para os italianos, que somavam algo em torno de 1,5 milhão de pessoas (SILVA, 2009).

Embora pareça fugir um pouco aos propósitos de base da apostila, vamos falar dos principais grupos de imigrantes que por aqui aportaram ao longo de nossa história.

Imigrantes

O sítio na *internet* do Museu da Imigração do Estado de São Paulo nos conta de forma clara, rápida e plausível a história da imigração de cidadãos de diversos países. Abaixo estão algumas destas histórias:

Movimentos migratórios para o Brasil

a) Japão

O processo de modernização do Japão iniciou-se a partir da Restauração Meiji, em 1868, e se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Durante esse processo, muitos trabalhadores foram enviados para diferentes partes do mundo, como Ásia e Oceania, e, mais tarde, para as Américas, por uma política adotada pelo governo japonês, a fim de minimizar a pressão populacional no território. O deslocamento, a princípio interno e posteriormente para outros países, se deu principalmente devido à questão do acesso à terra, visto que, grande parte da população nesse período era composta por trabalhadores rurais. O desenvolvimento acelerado das grandes cidades provocou disparidades entre os novos núcleos urbanos e as cidades do interior que conservavam os modos de vida tradicional.

A imigração dos japoneses para o Brasil foi amparada desde o início por ambos os países, recebendo orientações e ajuda dos representantes do governo japonês para que a fixação desses imigrantes fosse bem-sucedida.

Por meio dessa política de incentivo, em 1908, o primeiro grupo de japoneses partiu do porto de Kobe e chegou ao Brasil, a bordo do navio 'Kasato Maru'. Posteriormente, os navios saíam também dos portos de Yokohama e Nagasaki.

O fluxo imigratório de japoneses ganhou relevo em 1930, após a imigração de italianos e espanhóis reduzir significativamente. A maior parte era proveniente do sul, nordeste e noroeste do Japão, regiões interioranas e tradicionalmente agrícolas. A província de Okinawa contribuiu com o maior grupo de imigrantes, seguida de Kumamoto, Fukuoka, Hokkaido, Fukushima, Kagoshima, Kochi, entre outras. Nesse mesmo período, os japoneses se dirigiram ao interior do estado de São Paulo para trabalhar na lavoura de café, destacando-se como o grupo de imigrantes que permaneceu por maior período nas atividades rurais e na produção dos hortifrutigranjeiros. Entre 1908 e 1975, estima-se que tenham entrado no Brasil cerca de 250 mil japoneses. Na cidade de São Paulo, esses imigrantes fixaram-se, a princípio, no bairro da Liberdade e, posteriormente, na Aclimação, Saúde, Ipiranga, Jabaquara e Vila Carrão.

b) Alemanha

A unificação dos Estados Alemães, que incluía a Alsácia-Lorena, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Hungria, Romênia, Polônia, Rússia e suas Províncias Bálticas, ocorreu em 1891. Somente a partir dessa data, a Alemanha passou a ser uma nação como conhecemos hoje. Todos os imigrantes oriundos desses estados, isto é, todos que falavam a língua alemã, eram chamados de “alemães” pelos brasileiros. Os imigrantes de língua alemã chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX. A primeira colônia agrícola foi fundada na Bahia por volta de 1818 e recebeu o nome de Leopoldina, em homenagem à imperatriz brasileira, que era de origem austríaca. Em 1819, cem famílias de suíços foram instaladas em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Em 1824, foi fundada a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Ao longo de mais de um século, saindo dos portos de Bremen e Hamburgo, entraram no Brasil cerca de 250 mil imigrantes num fluxo anual pequeno, mas contínuo, que teve seu momento de maior intensidade em 1920, por conta da crise econômica relacionada ao fim da Primeira Guerra Mundial. Embora não tenha sido tão expressiva quanto a italiana, espanhola e portuguesa, a imigração alemã influenciou a composição étnica do país, nos hábitos e costumes.

Os imigrantes de língua alemã fixaram residência nas regiões Sudeste e Sul do país, principalmente nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, São Paulo figura entre os estados com maior número de imigrantes alemães, em virtude das ofertas de trabalho na produção e exportação de café e pelo crescimento da indústria decorrente dessa atividade. Na cidade, a principal colônia de imigrantes alemães foi fundada em 1829, no bairro de Santo Amaro.

No Sul do país, a presença da população oriunda dos Estados Alemães foi intensa, nas primeiras décadas do século XX. Em algumas cidades da região, a língua alemã era mais falada que a portuguesa. Além disso, foram fundadas inúmeras colônias nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pelos alemães e seus descendentes.

c) Árabe

Conflitos políticos e sociais decorrentes das dominações dos Impérios Turco-Otomano e Britânico e crises econômicas levaram milhares de pessoas a saírem de países do Oriente Médio a partir do fim do século XIX. O contexto migratório favorável do Brasil naquele momento propiciou a vinda dessa importante leva populacional.

A maioria era proveniente da Síria, Palestina e Líbano, sendo os libaneses o grupo mais expressivo em terras brasileiras. Embora de países diferentes, compartilhavam traços de uma mesma cultura, como hábitos alimentares, tradições e a língua árabe.

Uma característica importante da história dessa imigração é que, contrariando as expectativas dos governos, brasileiro e paulista, de que a vinda de trabalhadores estrangeiros suprisse a falta de mão de obra na agricultura, os árabes dedicaram-se principalmente ao comércio. Negociantes de objetos domésticos e tecidos a café e outros produtos agrícolas, desenvolviam suas atividades como caixeiros ou como proprietários de lojas de importantes centros urbanos. Na capital paulista, concentraram-se na região da rua 25 de Março, nos bairros do Brás, Pari e Belenzinho.

d) China

A imigração chinesa no Brasil data do século XIX, quando fazendeiros e produtores agrícolas, em busca de mão de obra, optaram pela contratação de trabalhadores desse país. Os habitantes da região de Cantão, Sul da China, foram os primeiros a chegar e a dedicar-se basicamente às atividades agrícolas, ao plantio de chá, à mineração e à construção civil.

É importante ressaltar que a chegada dos chineses provocou diversas discussões. Nesse sentido, dois temas se tornaram centrais: a denúncia dos abolicionistas sobre a continuidade do regime de escravidão, tendo em vista que o interesse dos proprietários de terras pela mão de obra chinesa era pagar o valor mais baixo possível pelo serviço, sujeitando-os condições análogas as dos africanos.

O outro ponto relevante diz respeito às fortes diferenças culturais entre os dois países, que ia ao encontro do projeto político brasileiro de europeizar a população.

Nos últimos anos, um grande número de imigrantes chineses chegou ao Brasil, onde se dedicam principalmente ao comércio. Atualmente, o número de chineses e descendentes no Brasil é estimado em cerca de 200 mil, sendo que a maioria está localizada no estado de São Paulo.

e) Espanha

A difícil situação que a Espanha vivia no fim do século XIX, por conta de sua economia agrária ser insuficiente para suprir as demandas internas, gerou desemprego e fome. O Brasil, vivendo um momento de pujança e com políticas de fomento populacional foi, então, o destino de milhares de famílias espanholas. Esse movimento é considerado a terceira maior leva que imigrou para o Brasil, depois dos italianos e portugueses, entre a segunda metade do século XIX até o início dos anos 1970.

Espanhóis das províncias da Galícia, Catalunha, Valência, Navarra e das cidades de Sevilha, Cadiz, Córdoba, Almeria, Granada e Málaga formam o principal grupo de imigrantes que se dirigiram ao Brasil. Partiam dos portos espanhóis de Vigo, La Coruña, Barcelona, Valência, Sevilha, Cadiz, Malaga e Gibraltar. Há também muitos registros de espanhóis que partiram do porto de Leixões, na cidade do Porto, em Portugal.

Concentraram-se principalmente no estado de São Paulo, atraídos pelas oportunidades de trabalho nas lavouras de café. Mais de 750 mil espanhóis entraram no Brasil a partir do fim do século XIX até os anos 1960. A primeira e mais numerosa leva de imigrantes espanhóis, até os anos 1930, dirigiu-se principalmente para o campo, mas os que vieram depois da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) encontraram nas cidades e nas indústrias as maiores oportunidades para refazer sua vida. O envolvimento, vale frisar, de espanhóis em movimentos operários é bastante significativo: foram participantes ativos nas greves de 1917, em São Paulo.

Na capital paulista, os espanhóis fixaram-se principalmente nos bairros da Mooca, Ipiranga, Cambuci e Brás. Municípios como São Bernardo, São Caetano e Santos também possuem importantes núcleos de imigrantes dessa nacionalidade.

f) Itália

Durante mais de um século, os italianos desembarcaram no Brasil e formaram a maior colônia de imigrantes no país. Diversos fatores impulsionaram esse deslocamento, como a grave crise política das décadas de 1860 e 1870, que levou a conflitos armados e culminou na unificação das então províncias independentes, dando origem ao que conhecemos hoje como Itália. Outro fator é de ordem econômica, tendo como principais motivos os conflitos armados supracitados e a crise agrária, que levou milhares de famílias a abandonar suas pequenas propriedades rurais em direção às cidades. A conjuntura desse período levou o governo a implementar políticas de fomento à emigração, que encontraram no contexto imigratório favorável do Brasil um importante ponto de convergência.

Vêneto, Lombardia, Campania, Basilicata, Calábria, Sicília, Abruzzo, Molise, Lazio e Umbria são as principais regiões de origem das populações que escolheram o Brasil como destino. O maior e mais importante porto marítimo da Itália, de onde partiam os navios com os emigrados, entre 1876 a 1901, foi o porto de Gênova. Entre 1901 e 1905, o porto de Nápoles passou a transportar a maioria dos emigrantes, e, a partir de 1905, os portos de Palermo e Messina partilham com os demais o grande fenômeno emigratório.

É importante destacar que esse processo migratório iniciou-se concomitante à unificação da Itália, em 1871, razão pela qual uma identidade nacional desses imigrantes se forjou, em grande medida, no Brasil.

Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram os principais destinos dos italianos. No período de 1880 a 1970, grande parte ingressou no país pelo estado de São Paulo, atraídos pela possibilidade de trabalho nas fazendas de café. Nas cidades paulistas, trabalharam também em outras atividades, principalmente como operários da construção e da indústria têxtil. Na capital, bairros como Bixiga, Brás e Mooca são tradicionalmente relacionados à colônia italiana.

g) Portugal

As relações entre Brasil e Portugal tiveram início no período colonial, e o diálogo cultural entre os dois países se tornou determinante para a formação histórica e social de ambos. Entre o fim do século XIX e o início do XX, a imigração lusitana tomou força, milhares de homens, mulheres e crianças chegaram ao Brasil devido às dificuldades econômicas no país de origem e atraídos pelas afinidades linguísticas.

No início, a maioria dos imigrantes portugueses que migrou para o Brasil era da província do Minho, na região norte de Portugal. Posteriormente, o país recebeu imigrantes de outras províncias, como Trás dos Montes, Douro, Beira Alta, Beira Litoral, dos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Vizeu, Bragança, Leiria, Aveiro e Coimbra.

Em geral, partiam dos portos da cidade de Lisboa, de Leixões, no distrito do Porto e de Funchal, na Ilha da Madeira.

Embora muitos imigrantes portugueses tenham sido encaminhados para o trabalho nas lavouras de café e para a agricultura em geral, a imigração portuguesa teve uma característica predominantemente urbana, com maior concentração principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, desempenhando um importante papel nos pequenos e grandes comércios, assim como na indústria. Alguns portugueses vieram diretamente para a cidade e outros após passarem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas de ganho, novas oportunidades abertas pelo intenso florescimento da capital paulista.

h) Coreia

A imigração coreana é considerada recente pela historiografia, sobretudo, em relação à europeia. Teve início com a chegada ao Brasil de pequenos grupos de coreanos entre 1923 e 1926, fugidos da repressão japonesa sobre a Coreia ou na qualidade de japoneses naturalizados. Durante os anos 1950, período em que ocorreu a Guerra da Coreia, grupos que

havia sido presos no conflito também chegaram ao país. A corrente migratória coreana se intensificou no Brasil no fim da década de 1960, início dos anos 1970, quando o ministro da saúde da Coreia começou a traçar a política de emigração e a embaixada coreana iniciou as negociações para formalizar a imigração no Brasil. Foi estabelecido então um acordo de aquisição de terras e colonização agrícola para os coreanos que chegavam ao país.

Cerca de 90% dos imigrantes coreanos que vivem em São Paulo, direta ou indiretamente, desenvolvem atividade econômica ligada ao comércio de confecção de roupas, especialmente no setor atacadista dos bairros do Bom Retiro e Brás. A maioria reside nos bairros da Liberdade, Aclimação e Higienópolis.

i) Lituânia

O primeiro registro da entrada de imigrantes lituanos no Brasil é do fim do século XIX, no Rio Grande do Sul. Depois disso, entre os anos de 1920 e 1939, uma grande leva migrou para o país, vinda de territórios ocupados pela Polônia ou de outras regiões da Europa, em busca de trabalho no campo e na indústria. É difícil saber exatamente o número de imigrantes lituanos que entraram no país, pois era comum entrarem com passaporte russo, já que a Lituânia fez parte do Império Czarista. Por outro lado, muitos lituanos que portavam visto para o Brasil eram procedentes de diferentes regiões da Rússia, Estônia e da Letônia.

A maioria dos imigrantes lituanos foi encaminhada para as fazendas de café e cana no estado de São Paulo, onde as condições de trabalho eram precárias. Diante dessas condições, muitos imigrantes fugiram das fazendas procurando melhores oportunidades junto às indústrias da capital paulista. Em São Paulo, concentravam-se nos bairros industriais, como Bom Retiro, Vila Anastácio e Mooca. Hoje, a segunda maior colônia lituana do mundo localiza-se no bairro da Vila Zelina, zona leste da capital paulista.

j) Rússia

Os primeiros grupos de imigrantes russos começaram a chegar ao Brasil no início da década de 1870. Eram, em sua maioria, camponeses que decidiram emigrar por motivos econômicos, políticos ou, até mesmo, religiosos.

Os imigrantes russos, incluindo ucranianos e bielorrussos, foram direcionados principalmente para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além da região Sudeste.

No fim do século XIX e início do XX, esses imigrantes ajudaram a compor a mão de obra nos centros industriais, em regiões de construção de ferrovias e principalmente na lavoura. Na cidade de São Paulo, as comunidades russa e ucraniana estão presentes de forma

significativa nos bairros da Vila Alpina, Vila Prudente, Vila Zelina, Pedreira, Ipiranga e Moema, além de São Caetano do Sul e Osasco, na grande São Paulo.

k) Colombianos, Bolivianos e Haitianos

Oriundos desses países vizinhos afetados por fatores ambientais, econômicos, humanitários e sociopolíticos, a entrada desses imigrantes ilegais no país vem aumentando conforme alguns regimes políticos; tornam-se mais instáveis, principalmente no Caribe e na América do Sul. Por esse aspecto, no Brasil, observa-se grande contingente populacional oriundo de países como Haiti, Bolívia e Colômbia, que mesclam diferentes fatores e geram emigrações cada vez mais difíceis de serem impedidas em cada um dos âmbitos nacionais.

Segundo Oliveira e Moreira (2013), essa condição de imigração ilegal acarretou a criação de toda uma rede facilitadora de entrada no Brasil, o que ainda é agravada pelos índices positivos de estabilidade política e econômica do país, que somados a uma natureza geográfica que reduz a possibilidade de tragédias naturais, faz com que o país seja chamariz para seus vizinhos.

Migrantes brasileiros

A migração de brasileiros de outros estados, sobretudo do nordeste do país para São Paulo foi contemporânea à entrada de imigrantes europeus. Há registros de entrada desses migrantes na Hospedaria de Imigrantes do Brás já em 1888. Tratava-se de um grupo de cearenses enviado para uma fazenda de café no interior do Estado de São Paulo.

Vejamos a ilustração a seguir:

com destino à estação Roosevelt, em São Paulo. Muitos trabalhadores também se deslocavam em caminhões conhecidos como 'pau de arara'.

A inserção dos trabalhadores nacionais em São Paulo não foi mais fácil que a dos imigrantes oriundos de outros países, embora falassem a mesma língua e compartilhassem aspectos da cultura da sua nova terra, como a religião, por exemplo. Esses trabalhadores vindos de regiões como Pernambuco, Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Alagoas, Maranhão, Sergipe, entre outras, foram recebidos como estrangeiros, numa realidade que procurava negar seus laços com o próprio país. Igualmente aos milhares de imigrantes que vieram para a região sul, também foram utilizados como mão de obra na cafeicultura nas fazendas no interior do Estado e também auxiliaram no desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo.

ETNIA, RAÇA E MULTICULTURALISMO



Classificação de cor e raça do IBGE

Antes de discutirmos a questão do multiculturalismo e promover algumas relações entre currículo e diversidade cultural, vamos apresentar a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) que acontece de acordo com cor ou raça e encontra-se dividido nas seguintes categorias: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas. Os negros correspondem ao somatório das populações pardas e pretas. O IBGE verifica a composição brasileira através de um Censo realizado a cada 10 anos. A composição por cor ou raça é verificada pela autodeclaração.

a) Brancos

Os brancos autodeclarados compõem cerca de 45,9% da mesma, somando cerca de 93 milhões de indivíduos. Estão espalhados por todo o território brasileiro, embora a maior concentração esteja no Sul e Sudeste do Brasil. Consideram-se brancos os descendentes diretos ou predominantes de europeus e de outros povos de cor branca.

Uma pesquisa realizada com mais de 32 milhões de brasileiros, dos quais quase vinte milhões se declaram brancos, perguntou a origem étnica dos participantes de cor ou raça branca. A maioria apontou origem brasileira (45,53%). 15,72% apontou origem italiana, 14,50% portuguesa, 6,42% espanhola, 5,51% alemã e 12,32% outras origens, que incluem africana, indígena, judaica e árabe.

Os números condizem fortemente com o passado imigratório no Brasil como vimos anteriormente.

É notório, porém, que quase metade dos brancos pesquisados declararam ser de origem brasileira. É explicável pelo fato de a imigração portuguesa no Brasil ser bastante antiga, remontando mais de quinhentos anos, fato que muitos brasileiros brancos

desconhecem tais origens por já terem suas famílias enraizadas no Brasil há séculos, assim como, por exemplo, muitos estadunidenses se declaram americanos, mas sendo de origem inglesa.

Deve ser salientado que as classificações raciais no Brasil são fluídas e influenciadas por diversos fatores. Existe uma histórica tendência ao “branqueamento” na hora de ser classificado racialmente. Dessa forma, riqueza, relações de família ou talentos pessoais podem fazer com que pessoas “de cor” sejam classificadas como brancas.

Atualmente, a quantidade de brasileiros que se dizem brancos está em rápido declínio.

b) Pardos

Estados de acordo com a percentagem de Pardos em 2009

Sinônimo de miscigenado: o termo passou a ser utilizado no censo do ano de 1872, com o intuito único de contabilizar de forma separada os negros (não importando se puros ou miscigenados) ainda cativos, e os negros (não importando se puros ou miscigenados) nascidos livres ou forros.

c) Negros

Estados de acordo com a percentagem de negros em 2009

Os negros autodeclarados compõem 6,3% da população brasileira, somando cerca de 11 milhões de indivíduos. Estão espalhados por todo o território brasileiro, embora a maior proporcionalidade esteja na Bahia e no Rio de Janeiro. Consideram-se pretos todos os descendentes dos povos africanos trazidos para o Brasil e que têm o fenótipo característico africano.

A escravidão no Brasil durou cerca de 350 anos e trouxe para o país cerca de 4 milhões de africanos – 37% de todos os escravos trazidos às Américas. Atualmente, com a crescente imigração de haitianos, a porcentagem de brasileiros pretos e negros sobe rapidamente.

Pesquisas genéticas, já de alguns anos atrás, sugeriram que a grande maioria dos brasileiros teria mais de 10% de marcadores genéticos africanos, mas foram confessados que seus limites de confiança são amplos e foram feitos por extrapolação: “Obviamente estas estimativas foram feitas por extrapolação de resultados experimentais com amostras relativamente pequenas e, conseqüentemente, têm limites de confiança bastante amplos” (PENA; BORTOLINI, 2004).

d) Povos indígenas

Os índios autodeclarados compõem 0,3% da população brasileira, somando cerca de 519 mil indivíduos. Populações indígenas podem ser encontradas por todo o território brasileiro, embora mais da metade esteja concentrada na Região amazônica do Norte e Centro-Oeste. Consideram-se índios todos os descendentes puros dos povos autóctones do Brasil e/ou que vivem no ambiente cultural tradicional dos mesmos.

Recentes estudos genéticos comprovaram que muitos brasileiros possuem ascendência de povos indígenas extintos há séculos. Os brasileiros que carregam esta carga genética de forma majoritária são predominantes no norte do Brasil. Quando os primeiros portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, a população indígena girava em torno de 3 a 5 milhões de indivíduos.

No final do século XX, eram cerca de 300 mil. O desaparecimento da população nativa brasileira se deve principalmente a quatro fatores: a dizimação promovida pelos colonizadores, as doenças europeias que se espalharam como epidemias, a miscigenação racial e, principalmente, a perda dos valores e da identidade indígenas ao longo dos séculos.

e) **Amarelos** – de origem asiática.

Etnia e raça

Segundo Silva e Silva (2006), o conceito de etnia vem ganhando espaço cada vez maior nas ciências sociais a partir das crescentes críticas ao conceito de raça e, em alguns casos, ao conceito de tribo.

Apesar disso, é ainda considerado por muitos uma noção pouco definida. O termo etnia surgiu no início do século XIX para designar as características culturais próprias de um grupo, como a língua e os costumes. Foi criado por Vancher de Lapouge, antropólogo que acreditava que a raça era o fator determinante na história. Para ele, a raça era entendida como as características hereditárias comuns a um grupo de indivíduos. Elaborou então o conceito de etnia para se referir às características não abarcadas pela raça, definindo etnia como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados, de modo a diferenciar esse conceito do de raça (que estava associado a características físicas).

Já Max Weber (1994), por sua vez, fez uma distinção não apenas entre raça e etnia, mas também entre etnia e Nação. Para ele, pertencer a uma raça era ter a mesma origem (biológica ou cultural), ao passo que pertencer a uma etnia era acreditar em uma origem cultural comum. A Nação também possuía tal crença, mas acrescentava uma reivindicação de poder político.

A etnia é um objeto de estudo da Antropologia, e se caracterizou desde cedo como tema principal da Etnologia, ciência que se propõe a estudar diferentes grupos étnicos, constituindo-se em torno da própria noção de etnia. Durante o século XX, essas duas disciplinas multiplicaram as conceituações sobre o termo. Autores como Nadel e Meyers Fontes afirmam que uma etnia é um grupo cuja coesão vem de seus membros acreditarem possuir um antepassado comum, além de compartilharem uma mesma linguagem. Para essa definição, baseada em Weber, uma etnia seria um conjunto de indivíduos que afirma ter traços culturais comuns, distinguindo-se, assim, de outros grupos culturais (SILVA; SILVA, 2006).

Nesse sentido, não importa se o grupo realmente descende de uma mesma comunidade original: o que importa é que os indivíduos compartilhem essa crença em uma origem comum. Uma crença confirmada, a seu ver, pelos costumes semelhantes.

Assim, uma etnia se sente parte de uma mesma comunidade que possui religião, língua, costumes – logo, uma cultura – em comum. Notemos que nesse conceito não importa somente o fato de as pessoas que compõem uma etnia compartilharem os mesmos costumes, mas, sobretudo, o fato de elas acreditarem fazer parte de um mesmo grupo. Nesse sentido, a etnia é uma construção artificial do grupo, e sua existência depende de seus integrantes quererem e acreditarem fazer parte dela (SILVA; SILVA, 2006).

Toda etnia se identifica como um grupo distinto, considerando-se diferente de outros grupos, e baseia sua identidade em uma religião e rituais específicos. Assim, os judeus e muçulmanos dentro das atuais Nações europeias são, cada um por seu lado, etnias, por se identificarem como grupos distintos e reivindicarem identidades próprias baseadas em religiões e costumes diferentes das sociedades em que estão inseridos.

No caso dos muçulmanos, a construção artificial desse conceito é mais nítida, pois quase sempre oriundos de migrações recentes para a Europa, seus integrantes são originários de diferentes países e culturas distintas, mas ao se instalarem em lugares como a França e a Inglaterra, em geral, se identificam como uma mesma etnia, independentemente do país de origem. Tal situação pode ser percebida, sobretudo, com relação aos descendentes dos primeiros imigrantes, e a construção de uma identidade comum “árabe” ou “muçulmana” vem tanto do fato de possuírem uma mesma religião quanto do fato de a sociedade os tratar em geral como um grupo homogêneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. Primeira Conferência Estadual de Educação para as relações Étnico-Raciais – debate gestão democrática e desafios de escolas para indígenas e quilombolas (2013). Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/49-diversidade-raca-e-participacao/10004811-1o-conferencia-estadual-de-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-debate-gestao-democratica-e-desafios-de-escolas-para-indigenas-e-quilombolas>

ALMEIDA, Regis Rodrigues de. Migração e Xenofobia (2013). Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/migracao-xenofobia.htm>
<http://www.mundoeducacao.com/geografia/migracao-xenofobia.htm>

BATALHA, Luís. Antropologia - Uma perspectiva holística. Lisboa: Universidade Técnica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2005.

BECK, Ulrich. Terror e Estado mínimo são o Chernobyl da globalização. Folha de S. Paulo, *São Paulo*, 8 nov. 2001, Caderno B, p.4.

BORDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org), Petrópolis, RJ: vozes, 1998. – (Ciências sociais da educação).

BORDIEU, Pierre. O senso prático. Tradução de Maria Ferreira: revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini – Petrópolis. RJ: Vozes, 2009 – (Coleção Sociologia).

BOURDIEU, Pierre. A máquina infernal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 jul. 1998, Caderno Mais!, p.7.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. LDB, n. 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei Federal n. 10.639/03. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

BRASIL. MDS/SNAS. Caderno de Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Texto referência para elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. CNE/CEB, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Quilombolas** (2014). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/povos-e-comunidades-tradicionais/quilombolas/quilombolas/?searchterm=relações étnico raciais>

BRASIL. **Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial**. Programa Brasil Quilombola e outros. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/acoes/pbq>

BUZZI, A. **Introdução ao pensar**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Situação dos índios no Brasil**: indicadores sociais e acesso a serviços públicos - Bloco 4. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/435654-SITUACAO-DOS-INDIOS-NO-BRASIL-INDICADORES-SOCIAIS-E-ACESSO-A-SERVICOS-PUBLICOS-BLOCO-4.html>

CANEN, Ana, MOREIRA, Antônio Flavio B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A., MOREIRA, A. F. B., (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001.

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. **Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 1998.

CHIAPPINI, Ligia. **Multiculturalismo e identidade nacional** (2001). Disponível em: http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=754

COLLEYN, Jean-Paul. **Elementos de Antropologia Social e Cultural**. Lisboa: edições 70, 2005.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREITAS, Eduardo de. **As etnias no Brasil** (2014). Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/as-etnias-no-brasil.htm>

FREITAS, Elaine Ferreira de. O currículo escolar. **Revista Partes**, 2011. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/curriculoescolar.asp>

GAARDER, Jostein, HELLERN Victor, NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Tradução: Isa Mara Lando; revisão técnica e apêndice Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica: 2007.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1. p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>>.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 29-43.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Editora: Companhia das Letras 26 Edição. São Paulo, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Características étnico raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça (2008). Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas (2012). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Tradução Marie Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia, uma introdução**. 3 ed. capítulos 1 e 2. São Paulo: Editora Atlas,

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000)**: avanços, desafios e tensões. Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2001 N° 18. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a07>

OLIVEIRA, Julvan Moreira. **Perspectivas epistemológicas de matrizes africanas e educação**. In. OLIVEIRA, Julvan Moreira (org). Interfaces das Africanidades em educação nas Minas Gerais. Juiz de Fora - Editora UFJF, 2013.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de; MOREIRA, Paula Gomes. Os imigrantes ilegais da Colômbia, Bolívia e Haiti no Brasil: considerações do ponto de vista da Segurança Internacional. **Mural Internacional**, v.4, n.2, jul-dez, 2013.

PENA, Sérgio D.J.; BORTOLINI, Maria Cátira. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?. **Estud. av.** [online]. 2004, vol.18, n.50, pp. 31-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a04v1850.pdf>

REALE, Giovanni. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2003. (vol. 1 a 7)

SACRISTAN, J. Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SALZANO, Francisco M. A Antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível? **Amazônica - Revista de Antropologia**, Vol. 1, No 1 (2009). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/133/197>

SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTANA, Marise de; MOREIRA, Marcos Alves. Cultura, currículo e diversidade etnicoraciao: algumas proposições. *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista v. 9, n. 15 p. 103-125 jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/1945/1686>

SANTOS, Armindo. **Antropologia geral Etnografia, Etnologia, Antropologia Social**. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Dental Press J Orthod 121 2010 May-June;15(3):121-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpio/v15n3/15.pdf>

SANTOS, Eunice. **Definição de Antropologia** (2008). Disponível em: http://www.academia.edu/5531481/Defini%C3%A7%C3%A3o_de_Antropologia

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Ricardo. **Migrações e xenofobia: Motivação política e econômica** (2009). Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/migracoes-e-xenofobia-motivacao-politica-e-economica.htm>

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. **Questões étnico-raciais e currículo: uma abordagem reflexiva**. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 5, Volume 9, jan-jun de 2011. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identicidades/revistas/ARQ_FORUM_I_ND_9/FORUM_V9_08.pdf

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ZILLES, Urbano. **Antropologia Teológica**. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Estudos Antropológico).

